



OPINIÃO

A Petrobras não é mais intocável



JARBAS PASSARINHO
Foi ministro de Estado, governador e senador

No auge do movimento social O Petróleo é Nosso se entrecrocavam os que queriam monopólio da exploração e os que preferiam a participação do capital estrangeiro associado ao nacional. Getúlio Vargas encaminhou um projeto que não impedia a participação do capital estrangeiro, mas na Câmara dos Deputados prevaleceu a emenda monopolista. Mais tarde, houve tentativa de retirar da Petrobrás o monopólio. Nacionalistas, porém, ficaram tranqüilos, em face da declaração taxativa do poderoso ministro da Guerra de então, general Teixeira Lott: "A Petrobrás é intocável". Assim perdeu até o governo Fernando Henrique Cardoso, cujo pai, general, foi militante importante da campanha O Petróleo é Nosso.

Com a mudança do tempo e do mundo, vieram o colapso do comunismo na Europa e a globalização. Os marxistas, segmento forte na Petrobras, torceram os narizes, mas renderam-se à economia de mercado. A Petrobras deixou de ser a gestora do monopólio, que passou a ser controle do Estado, porém a Lei do Petróleo, de 1997, determinou que "A União manterá o controle acionário da Petrobras com a propriedade e posse de, no mínimo, 50% das ações mais uma ação do capital votante". Permaneceu uma empresa de capital misto e passou a definir, sob leilões, os blocos a pesquisar, na maioria reservados à própria Petrobras, em alguns casos associada ela mesma a companhias estrangeiras.

Dessa natureza, com associados minoritários, descobriu as jazidas gigantes da bacia de Santos, o petróleo do pré-sal leve. Só a província petrolífera Tupi, a primeira a ser descoberta, chegará a produzir 8 bilhões de barris, segundo estimativa da Petrobras. Mas as pesquisas indicam outros campos excedentes ao Tupi. A área inclui sete blocos que podem conter 58 bilhões de barris, o que elevaria as reservas, em vez de 8 bilhões de óleo a 50 bilhões, o que colocaria a Petrobras entre as 10 maiores companhias de petróleo do mundo. Usei o verbo no futuro do pretérito, porque em verdade não colocará, pois a

Petrobras não administrará esse excesso dos limites ou franjas do Tupi, já que o governo Lula prefere criar uma companhia estatal só para isso.

Os argumentos são diversos e nenhum convence a necessidade de usurpar a Petrobras dos blocos ainda não leiloados do pré-sal para destiná-los a uma nova empresa inteiramente estatal. A decisão de não leiloar essas novas jazidas é justa. Lembra o tempo da discussão sobre os contratos de risco, uma vez que o risco é mínimo. O leilão garantiria que a pesquisa não seria uma loteria, mas a certeza do prêmio como desfrutava

aquele deputado que falava com Deus. Poderia também evitar leilão e deixar as jazidas só com a pesquisa da própria Petrobras. Prefere-se a nova empresa.

Alguns — inclusive o presidente Lula — acham que somando tudo o que, de fato, é fruto de suas pesquisas, a Petrobras ficaria perigosamente muito forte. O presidente Lula traduziu isso num chiste: "Fortíssima, amanhã se elegeria primeiro o presidente da Petrobras, que nomearia o presidente da República". Só mesmo nos dias de leitura do *Barão de Itararé*, do presidente, para tão sutil ironia.

Um ministro, certo de que ajudaria a intenção do presidente, lembra que "a Petrobras poderia repetir a tentativa de golpe da petrolífera venezuelana PDVSA para depor o presidente Chávez, e assim poderia fazer no Brasil". Para ganhar mais popularidade do que já tem, o presidente, visitando a UNE, prometeu usar os recursos do petróleo do pré-sal "para resolver todos os problemas da educação". Faltou-lhe acrescentar a saúde pública, depois do fracasso da CPMF, se estivesse numa plateia servida pelo SUS. Ademais, esquece-se de que os rios de dinheiro que virão do petróleo é quase certo que só estarão disponíveis dentro de dois anos, ou seja, no fim do seu segundo mandato. É duvidoso que vá formar uma riqueza para uso de seu sucessor. Pode, porém, coincidir com o início do terceiro...

O antiamericanismo inspirou a razão de ser da nova empresa. A estulta suposição de que possam vir a dominar a Petrobras, a Lei do Petróleo impede. Tudo a que os acionistas estrangeiros ou nacionais têm direito são os dividendos. Ainda assim Lula disse, a título de advertência patriótica: "50% dos acionistas da Petrobras são americanos". A ministra-chefe da Casa Civil foi mais enfática. Paradigma do nacionalismo, acha que "petróleo tão abundante não deve ser explorado por uma empresa como a Petrobras, cujo patrimônio está em mãos de 65% de acionistas privados, nacionais e estrangeiros". Quando o governo, buscando a auto-suficiência do consumo de petróleo e derivados, precisou investir mais na Petrobras, captou a economia dos trabalhadores brasileiros, usando até 50% dos seus Fundos de Garantia (FGTS). Agora, porque há americanos que se fizeram acionistas da Petrobras, podem vir a perder o que confiadamente aplicaram.

Não lhe faltou, ao presidente, o cacete demagógico: "O petróleo não é da Petrobras, mas do povo". Parece que estamos na Grécia antiga, em que Aristides, símbolo da honestidade política, foi desterrado, e Cleón, protótipo do populismo, seduziu o povo.

A explicação mais verossímil para a criação da nova estatal é ideológica: o estatismo. A Petrobras, embora coordenadora do controle acionário, ajudou, à custa de lesão ao seu patrimônio, Evo Morales. Não basta. É melhor seguir a receita de Chávez, a "pre-tinha", o bônus de petróleo, para os pobres. Aqui ela seria maior.



Disputas eleitorais e direitos reprodutivos

MARGARETH ARILHA

Mestre em psicologia social e doutora em saúde pública, é diretora-executiva da Comissão de Cidadania e Reprodução

SANDRA GARCIA

Doutora em demografia, pesquisadora do Cebrap e coordenadora do GT População e Gênero da Abep

Oferta de cirurgias de esterilização feminina tem sido, historicamente, moeda de troca em campanhas eleitorais. Embora a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde registre a existência, em 2006, de 22% de mulheres esterilizadas, contra 27% 10 anos antes, quando a Lei do Planejamento Familiar foi sancionada, essa ainda é uma opção anticoncepcional muito desejada pela população feminina. A novidade desta eleição municipal é que o senador Marcelo Crivella vem trazendo para a capital do Rio de Janeiro a mesma proposta que muitas vezes seduziu mulheres sem acesso à informação ou a outras opções de métodos contraceptivos: promete levar aos pobres a cirurgia que já é gratuita

na rede pública de saúde, usando um discurso populista e equivocado que pretende associar combate à pobreza ao controle da fecundidade.

Ao visitar uma comunidade pobre na Zona Norte da cidade em que pretende ser prefeito, Crivella fortemente identificado com os neopentecostais, associou pobreza com ausência de controle da fecundidade, em uma clara tentativa de se colocar em posição oposta à da Igreja Católica, que há 40 anos condena — desde a encíclica *Humanae Vitae* — o uso de métodos contraceptivos. O direito que os cidadãos e cidadãs deste país têm no planejamento e controle da própria reprodução assume assim caráter religioso, somando-se a outras questões de igual importância no cenário dos direitos humanos e de âmbito federal, tais como a legalização da interrupção voluntária da gravidez, contracepção de emergência e união civil para pessoas do mesmo sexo.

Tem sido assim sempre, em disputas eleitorais locais, nacionais ou internacionais, ou seja, a

questão aparece menos para que se tomem medidas efetivas, e mais para definir o matiz ideológico do candidato ou da candidata. É pena que seja assim, porque em nosso caso atual, os prefeitos têm importante contribuição a dar na implementação das políticas definidas no âmbito federal. Pensando na Lei do Planejamento Familiar, por exemplo, caberá ao sucessor de Cesar Maia decidir pela implementação da distribuição da contracepção de emergência, prevista pelo Ministério da Saúde, mas dependente da iniciativa municipal para ser posta em prática.

A entrada dos neopentecostais na política se deu, há 20 anos, principalmente em questões relacionadas à família, ao casamento e à sexualidade. Distinguem-se dos católicos pelo fato de seguirem a orientação religiosa no que se refere às práticas e comportamentos sexuais e reprodutivos. No entanto, vincular pobreza ao controle da fecundidade com pinceladas religiosas não é pior do que a atuação da Igreja Católica neste campo. Um

bom exemplo foi a influência da diocese local de Jundiá sobre os poderes locais para vetar, com a aprovação de uma lei, o uso da contracepção de emergência na cidade de Jundiá, interior de São Paulo. Em continuidade, a Igreja Católica local vem expressando seu desejo de que os candidatos a cargos eletivos municipais evidenciem em seus programas de ação seu compromisso com posições de 'defesa da vida' — ou seja, suas posições sobre a contracepção de emergência, legalização do aborto e uso de células-tronco — para garantir o voto católico.

Preocupação tão intensa com a agenda dos candidatos no campo dos direitos reprodutivos chama a atenção. A sexualidade e a reprodução têm se tornado um campo de disputa política e religiosa, em que forças neopentecostais ou católicas estão defendendo posições morais e dogmáticas cometendo assim o mesmo erro: impor convicções religiosas ao conjunto de uma sociedade que se pretende democrática, inclusiva e laica.



ARI CUNHA
visto, lido e ouvido

Desde 1960

ari.cunha@correioweb.com.br
com Circe Cunha // circe.cunha@correioweb.com.br

Política do campo

Agricultura no Brasil tem subido de produção. Vantagem para consumo e exportação. Deficiência na gestão. Aumento de produção não impede o crescer da inflação. Países ricos e pobres sentem a falta de domínio dos preços. O petróleo recebe acusação. Verdade que participa na vida da humanidade. O Brasil produz parte do combustível limpo. Já demos o primeiro passo na grande caminhada. Uma coisa tem atrapalhado o andar da carruagem. O Movimento dos Sem Terra todos os dias invade terras boas, produtivas, tanto do Estado como de particulares. Fecha estrada e pára a circulação de trens. Contabilizando o total, poderá se aquilatar o prejuízo para o Brasil. O governo Lula da Silva tem compromissos com as forças populares. Falta diálogo. Os sem-terra continuam recebendo verba do governo para lutar contra o Poder. Projetos são favoráveis à agricultura do campo. O que ocorre nos preços está acima do controle oficial. Se debitarmos aos sem-terra poderemos ser mal-interpretados. Parar não é possível. Pode ser estratégica a posição do país. Nós continuaremos pagando impostos sem direito a conhecer a aplicação do dinheiro. Falta educação para convencermos quem atrapalha o Brasil.

A FRASE QUE FOI PRONUNCIADA

“Não adianta fazer leis de país civilizado, porque este não o é.”

Juiz Fausto Martin de Sanctis, falando sobre o Brasil.

Ciclovias

Depois da duplicação da pista entre o Varjão e Paranoá, melhorou o comportamento popular. Moradores estão construindo pontos de ônibus temporários. Em pleno domingo, jovens cuidavam da limpeza da pista. Facilitavam a circulação de pedestres e bicicletas. Belo exemplo de cidadania.

Caymmi

Fecha os olhos para sempre o agradável Dorival Caymmi. Encantou gerações com músicas e letras que mexiam com coração do povo. Se "é doce morrer no mar", vale a pena desaparecer com a saudade de todos que viveram e se alegraram com sua apresentação e comunicação.

Cabo Verde

Muitos projetos foram aprovados pelo Congresso Brasileiro estimulando a união com Cabo Verde. Ainda não entraram em funcionamento esses diplomas legais. Cabo Verde comprou do Brasil US\$ 36.112.012. É bom parceiro e poderia ter mais presença do nosso país no estreitamento de amizades.

PM

Anuncia-se que a Polícia Militar construirá sede digna para o trabalho realizado na Península Norte. A atual sede é construída em

madeira, bem abaixo do valor da corporação. A comunidade gostou da notícia.

Crime

O delegado de polícia Cid Peixoto do Amaral, 60 anos, morreu com um tiro disparado pelo procurador de Justiça também aposentado Ernandes Lopes Pereira. O crime ocorreu na mansão do procurador, na Rua Xeréu, no Eusébio, região metropolitana de Fortaleza. Não há conclusão sobre razões do crime. O procurador foi algemado pela polícia. Os jornais deram destaque, mas dois dias depois se calaram.

Engenheiros

Mesmo depois de a rapadura ser considerada produção nacional, os engenheiros do Ceará estão fechando. No Cariri, eram mais de 100. Hoje sobrevivem apenas cinco. Os que vivem melhor estão à beira da estrada das tapioqueiras. São vários, com bom movimento e propaganda turística.

Deficiência

Quando Brasília foi construída, residenciais do Plano Piloto não tinham garagens. Nos centros comerciais, a mesma coisa, quase 50 anos depois. Faltam vagas para 40 mil carros estacionarem. Governo local anota a deficiência e procura solução técnica para o problema angustiante.

HISTÓRIA DE BRASÍLIA

Estão chamando de Juazeiro o largo à esquerda da Igreja, em frente ao lapete, onde se reúnem os candangos na sua feirinha diária. É um dos ambientes mais humanos de Brasília, onde todos se encontram, falam de suas terras, de suas namoradas, compram folhetos de cantorias, ouvem os pregões como no norte, comem abacaxi partido em quatro, chupam manga, e falam do governo. Só falta a venda de manga, para completar o quadro. (Publicado em 7/1/1961)

